



207
(

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0245858-2
EMBARGANTE: UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS
COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS
EMBARGADA: JUDITE PAULO DA SILVA SOUZA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. EURICO DE BARROS CORREIA FILHO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.
IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DAS ALEGADAS OMISSÃO,
CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. PREQUESTIONAMENTO.
INVIABILIDADE. NÃO PROVIMENTO.

DECISÃO: "POR UNANIMIDADE DE VOTOS, OS EMBARGOS
FORAM REJEITADOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

DATA DO JULGAMENTO: 25 de setembro de 2013.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração na
Apelação nº 0245858-2, em que é Embargante UNIMED FEDERAÇÃO
INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO-OESTE E
TOCANTINS e, Embargada, JUDITE PAULO DA SILVA SOUZA. ACORDAM os
Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do
Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos,
rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Des. Eurico de Barros Correia Filho
RELATOR SUBSTITUTO

Rjimp.



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 245858-2

EMBARGANTE: UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS
COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS

EMBARGADA: JUDITE PAULO DA SILVA SOUZA

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS interpôs os presentes embargos de declaração, alegando omissão, contradição e obscuridade no acórdão exarado nos autos da Apelação Cível nº 0245858-2, que à unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, reconhecendo o dano moral no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) face à não autorização para realização de cirurgia, nos termos do voto do relator. Alega que o r. decisum, não apreciou a previsão legal, merecendo ser contemplado nesse particular a de ser devido o pagamento de danos morais quando se comete ato ilícito.

Requer o acolhimento dos aclaratórios, a fim de suprir a omissão existente, juntamente com os fundamentos trazidos a baila, dando efeito infringente.

Através do despacho de fls. 202, determinei a intimação da parte embargada para se pronunciar sobre os aclaratórios com efeito modificativo, no prazo de cinco (5) dias.

Embargos não impugnados.

É o relatório.

Recife ²⁵ de 09 de 2013.

Des. Eurico de Barros Correia Filho
Relator substituto



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 245858-2

EMBARGANTE: UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS
COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS

EMBARGADA: JUDITE PAULO DA SILVA SOUZA

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

O acórdão, ora embargado, é o seguinte:

"**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL – OBRIGAÇÃO DE FAZER – AÇÃO ORDINÁRIA – PLANO DE SAÚDE – FALTA DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA – ABUSIVIDADE – DANO MORAL CONFIGURADO - APELO IMPROVIDO.**DECISÃO:** "POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."DATA DO JULGAMENTO: 31 de julho de 2013.**ACÓRDÃO**Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0245858-2, em que é Apelante UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS e, Apelada, JUDITE PAULO DA SILVA SOUZA. ACORDAM Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.Recife, 02 de agosto de 2013.Des. Adalberto de Oliveira Melo. Relator".

Trata-se de Embargos de Declaração, onde a embargante deseja promover a rediscussão da matéria já decidida pelo colegiado, ao qual não se presta para forcejar o rejugamento do

210
1
feito. O seu objetivo se restringe ao estabelecido no art. 535, do Código de Processo Civil.

Alegando a existência de omissão, contradição e obscuridade, pretende a Embargante rediscutir a matéria já apreciada, cuja decisão lhe fora desfavorável.

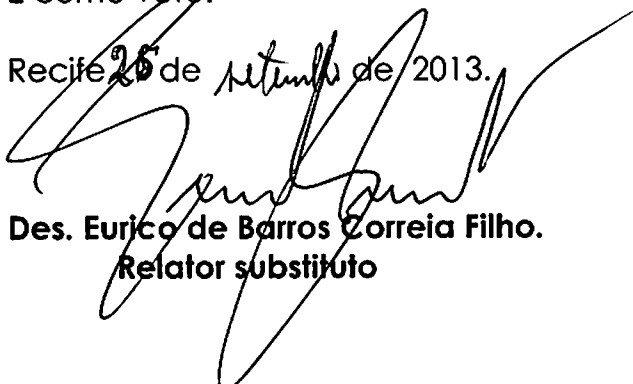
Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, como se vê abaixo:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUALQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. 1. Os embargos de declaração têm como requisito de admissibilidade a indicação de algum dos vícios previstos no art. 535 do CPC, constantes do decisum embargado, não podendo ser conhecidos quando o embargante visa, unicamente, ao "reexame em substância da matéria julgada". 2. Embargos de declaração não conhecidos. (EDcl nos EDcl no REsp 400600/SC EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2002/0000197-9 Relator(a) Ministro LUIZ FUX - Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA - Data do Julgamento 25/02/2003 - Data da Publicação/Fonte DJ 17/03/2003 p. 181)."

Com estas considerações, voto pela rejeição dos embargos interpostos.

É como voto.

Recife 25 de setembro de 2013.


Des. Eurico de Barros Correia Filho.
Relator substituto